

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.179 - SP (2019/0354878-1)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : BRUNO FERULLO RITA
ADVOGADO : BRUNO FERULLO RITA - SP295355
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : VALDECI ALVES DOS SANTOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de VALDECI ALVES DOS SANTOS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n. 993.06.133776-2).

Consta dos autos que o paciente foi condenado, em primeiro grau de jurisdição, à pena de 12 anos de reclusão, sendo 6 em regime integral fechado e 6 em regime inicial fechado, além de multa, pela prática dos crimes previstos nos arts. 12 e 14 da Lei n. 6.368/1976, em concurso material (e-STJ fls. 112/310).

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação, o qual foi parcialmente provido para fixar o regime inicial fechado para o resgate das penas relativas a ambos os crimes (e-STJ fls. 311/328).

No presente *mandamus* (e-STJ fls. 3/24), o impetrante sustenta que o acórdão impugnado impôs constrangimento ilegal ao paciente, pois manteve sentença que considerou como hediondo o crime de associação para o tráfico. Sob essa premissa, entende que *há que se aplicar a Lei anterior nº 6.368/1976 (Revogada), pois é mais benéfica ao Sentenciado, obedecendo o princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica, onde a lei só poderá retroagir para beneficiar o réu, conforme artigo 5º, inciso XL, da Constituição Federal. se tratando de um direito fundamental de todo cidadão* (e-STJ fl. 10).

Além disso, aduz que as penas-base foram exasperadas sem a necessária fundamentação e em patamar desproporcional, *mesmo diante da primariedade do suplicante* (e-STJ fl. 11). No ponto, discorre acerca dos

Superior Tribunal de Justiça

critérios que devem orientar o julgador na análise das circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal.

Ao final, formula pedido liminar para que seja determinada a *SUSPENSÃO da eficácia da decisão condenatória, OBSTANDO o cumprimento da pena, até o final julgamento do mérito deste habeas corpus* (e-STJ fl. 22). No mérito, pede a concessão da ordem para *ANULAR a írrita majoração da pena constante do édito condenatório, recalculando-a, fixando-a no seu mínimo legal* (e-STJ fl. 24).

É o relatório. **Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção do paciente.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência, sendo necessário aprofundado exame dos autos para a aferição de eventual constrangimento.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações à autoridade impetrada e ao Juízo de primeiro grau, além do envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Oportunamente, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

